



NUANCES E INTERFACES DA INFORMALIDADE NA CIDADE DE PALMAS, CAPITAL DO ESTADO DO TOCANTINS

Eder da Silva Cerqueira (UFT/TO)  ¹
Alex Pizzio da Silva(UFT/TO)  ²

Resumo: Apresentar o perfil dos trabalhadores informais da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, por intermédio das variáveis sexo, idade, escolaridade, estado civil, naturalidade e condição da residência, com dados obtidos por meio de pesquisa amostral, através da utilização de dados primários e secundários. Percebe-se uma heterogeneidade e complexidade envolvendo o universo do mercado de trabalho informal palmense e, onsequentemente, brasileiro. Há, sem dúvida, um universo *latu sensu* que envolve o mercado de trabalho informal. Um olhar mais minucioso revelou-se, porém, ser este um universo plural.

Palavras- Chave: Trabalho; Mercado de Trabalho; Informalidade.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária (2008) pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, bacharel em Geografia (2009) e licenciado em Geografia (2007) pela Fundação Universidade Federal do Tocantins.

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e no Curso de História na Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Possui experiência na área de pesquisa aplicada a sociologia e antropologia urbana. É pesquisador (líder) cadastrado no Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional - NPDR atuando na linha de pesquisa: Desigualdade social, mercado de trabalho e pobreza.

Introdução

Desde meados dos anos 1980, com a reestruturação produtiva e intensificação (neo)liberal, tem se assistido ao (re)configurar na relação capital/trabalho, o que tem tido como principais consequências menor oferta de postos de trabalho formais, além de intensificação e precarização das condições de trabalho. Cresce, cotidianamente, o número de trabalhadores que não conseguem encontrar uma ocupação no mercado de trabalho formal, restando-lhes a “opção” pela informalidade. Apesar do evidente crescimento da informalidade, tanto o referencial teórico e metodológico, como estudos de casos mais aprofundados sobre a temática, ainda são escassos.

Prova da atenção secundária que tem tido essa temática é que apenas em 1997 instituiu-se a primeira pesquisa voltada especificamente para avaliar os aspectos da informalidade com mais rigor, a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A preocupação recente com a informalidade, no entanto, parece estar mais associada a questões de ordem tributária e equilíbrio fiscal do que, propriamente, com a economia informal per se e com os trabalhadores nela inseridos.

Estudar a informalidade é reconhecer sua importância como indicador social, uma vez que os números mostram que esse fenômeno significa mais do que uma mera situação de exceção na sociedade. Há uma tendência de se subestimar a informalidade – com a crença de que ela ocorre como economia de sobrevivência transitória – não precisando, portanto, ser considerada do ponto de vista macroeconômico. Todavia, estudos mostram que seu potencial econômico, humano e cultural se dá em escala significativa.

O presente trabalho faz um esforço para fornecer subsídios que auxiliem no aperfeiçoamento da discussão teórica e metodológica acerca da informalidade. É nosso desejo contribuir na construção de teorias e ferramentas metodológicas capazes de possibilitar uma compreensão razoável de assunto de tamanha relevância, em toda a sua integralidade, levando-se em conta os aspectos social, político e econômico.

2. Informalidade: um Conceito em Construção

O adjetivo informal é encontrado a partir de expressões como: setor informal; economia informal; trabalho informal. Para Cacciamalli (2000)

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio etc. (CACCIAMALLI, 2000, p. 45).

Seja qual for o conceito que o qualifica, o termo informal traz, já na sua raiz etimológica, algo que não tem forma ou ausência de formalidade (HOUAISS, 2004). A falta de um significado preciso ao termo informal não poderia expressar melhor a ambiguidade subjacente às condições das pessoas que nessa condição sobrevivem.

Internacionalmente, o termo informal também está distante de uma definição precisa, sendo usado quase sempre de maneira pejorativa. O uso de termos como *lavoro nero* (negro), na Itália (com mesmo significado na Índia e Israel); *economia de sombra*, na Alemanha, e ainda: *folk sector*, cripto-economia, economia de proximidade, invisível, oculta, desprotegida, não estruturada (YÁZIGI, 2000), demonstra como essa questão é abordada.

Em se tratando de literatura nacional, também encontramos diversas abordagens, além de compreensões divergentes. Para Bosi (1992) a informalidade seria resultado da contradição fundamental do processo colonizador brasileiro, uma vez que a modernização das Américas, embora tenha se dado por meio do capitalismo, utilizou-se, recorrentemente, de regimes de trabalho arcaicos. Para esse autor, a informalidade nada mais é que uma “anomalia do capitalismo”.

Segundo Bosi (1992), a violência imanente que envolve a atividade informal é um exemplo clássico da influência do processo colonizador nessa

seara. Segundo esse autor, essa violência seria resultado da interação entre o colonizador e a força de trabalho. “Quando é aguçado o móvel da exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social” (BOSI, 1992, p. 61).

Em consonância com a tese de Bosi (1992), Oliveira (2003) argumenta que foi no capitalismo brasileiro pós-colonial que se consolidaram as bases para que tal “anomalia”, ou regime de exceção, se tornasse permanente. Para esse autor, acreditava-se, na década de 70, que “agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho, nas cidades, constituíam o fulcro do processo de expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2003, p. 28). Essa era a razão, portanto, da existência do “exército de reserva”, na figura do trabalhador informal, como subproduto indesejável do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Hoje, o modelo interno – *agrobusiness*, financeirização da economia, Terceira Revolução Industrial e dependência externa – atinge a plenitude do descarte do trabalho produtivo e constitui o que Oliveira (2003) chama de “trabalho abstrato” e não informal. Em sua opinião, o termo informal é empregado erroneamente, porque esse mesmo modelo transforma todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago.

Já por sua vez, Buarque de Holanda (1995) defende que as bases para o desvio de rota do capitalismo no Brasil devem-se, sobretudo, à colonização portuguesa, que gerou uma sociabilidade “à brasileira”, incapaz de prover os requisitos imprescindíveis para um mundo moderno, capitalista e democrático. Essa parece ser a espinha dorsal das muitas características que o autor expõe como parte de um movimento, na direção oposta àquela que as nações centrais seguiriam como modelo de desenvolvimento. Ao colocar a figura do colonizador português, em contraponto à dos demais colonizadores, esse autor entende que, no Brasil, não foram formadas as bases institucionais modernas de separação entre a esfera privada e a pública.

Ao descrever o comportamento do brasileiro, Holanda (1995) investigou qual seria a herança de condutas que portugueses e espanhóis deixariam no Brasil, quando da construção de um espaço público de ideias, instituições, e

formas de sociabilidade. Para ele, “a frouxidão da estrutura social e a falta de hierarquia organizada seriam as características mais emblemáticas desse espaço coletivo novo, fora do âmbito doméstico”. (HOLANDA, 1995, p. 38).

Quando se refere às relações na sociedade civil ibérica e, em decorrência, à sociedade brasileira, declara: “No fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. E a verdade é que, bem antes de triunfarem no mundo as chamadas ideias revolucionárias, portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários”. Esse personalismo que se reflete na falta de coesão social seria uma recusa à autoridade: “submissão a um objeto exterior, aceitação a uma lei estranha ao indivíduo” (HOLANDA, 1995, p. 51).

Prado Jr. (2000) faz uma análise do ponto de vista dos conflitos entre classes, quando se refere à massa trabalhadora, como “exército permanentemente marginalizado do mercado de trabalho” (PRADO Jr., 2000, p. 24). Para o autor, a ausência de um Estado Nacional consolidado e uma base empresarial que, por estar subordinada ao capital internacional, não prioriza as questões internas, configuram o traço da economia brasileira.

De acordo com o autor, “a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização” (PRADO Jr., 2000, p. 28). Ele faz uma análise simultânea do comércio externo e interno. Ao falar do externo, Prado Jr. se atém na maneira como as mercadorias atravessam as fronteiras: se elas vêm por via terrestre, são obrigadas a passar por regiões não populosas, cuja vigilância e fiscalização não são totalmente presentes. Pela via marítima, são submetidas a uma ordem política e administrativa mais consolidada. Porém, “O privilégio legal português da navegação do Brasil não excluía o contrabando que se praticava em larga escala, e que pelo seu vulto não pode ser ignorado. Eram os ingleses, os grandes amigos, aliados e protetores de Portugal, os principais contrabandistas” (PRADO Jr., 2000, p. 31).

A contribuição de Lúcio Kowarick (1994) também é fundamental para o entendimento da marginalização das classes trabalhadoras, simultaneamente à constituição do trabalho livre no Brasil. Um dos entraves para essa sistemática condição de trabalho precário no Brasil é o modificar a relação entre trabalhador e empregador. Mudaram-se os formatos, mas as relações despóticas permanecem.

Para esse autor, a origem do trabalho livre no Brasil é controversa. Concomitante ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, já consolidara o processo de marginalização de parte da força de trabalho: “antes da abolição, os livres e pobres só realizavam as tarefas que os escravos não podiam fazer, e depois de 1888, couberam-lhe as atividades mais degradadas e mal-remuneradas.” (KOWARICK, 1994, p. 12).

Como se pode observar, diante da apresentação de algumas abordagens acerca do conceito de informalidade, o quadro de indefinição teórica está longe de representar um ambiente pacificado. Não há no meio acadêmico consenso acerca do referido termo, sendo, portanto, um conceito portador de complexidade e heterogeneidade acentuada. Em se tratando das pequenas e médias cidades brasileiras, essa realidade não é diferente: o mercado de trabalho informal apresenta-se complexo e heterogêneo, necessitando-se que cada vez mais nos aproximemos da realidade empírica, visando decifrar esse universo rico e diverso.

Portanto, a temática da informalidade necessita de estudos cada vez mais particulares e pormenorizados. Conhecer de forma minuciosa os principais atores dessa parcela do mercado de trabalho brasileiro (os trabalhadores informais) torna-se imprescindível nessa empreitada. Será através desse importante passo que poderemos construir uma literatura diversa e rica e, conseqüentemente, possibilitar a construção de teorias e abordagens metodológicas com grande potencial explicativo.

Foi com esse pensamento basilar de que só a pesquisa empírica minuciosa pode nos oferecer elementos necessários à caracterização dessa parcela da classe trabalhadora mundial e, conseqüentemente, brasileira, que iniciamos nossa investigação junto ao mercado de trabalho informal da cidade

de Palmas, Capital do Estado do Tocantins. Em um primeiro momento, poderíamos questionar a validade dos dados da pesquisa, em virtude da pequena representatividade do local pesquisado, em termos de sua representação percentual no conjunto da população brasileira. Em pesquisas desse cunho, porém, o que se busca é uma representação em termos de validade empírica, teórica e metodológica, e não em termos estatísticos.

Os dados a seguir são resultado do tratamento de dados secundários obtidos por meio de consultas aos bancos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) a cargo do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), bem como de pesquisa de campo, realizadas no período de 16 a 26 de janeiro de 2012, nas Quadras 104 e 108 Norte; 104 Sul; 208 Sul; 204 Sul; 108 Sul; 504 Sul; Terminal Rodoviário (Quadra 1212 Sul) e feira coberta do setor Aurenly I (Distrito de Taquaralto), da cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

Objetivando apresentar o texto de forma clara e compreensível, os dados foram classificados em sete variáveis, sendo elas: sexo, idade, escolaridade, estado civil, naturalidade, condição da residência e tempo de atuação no mercado informal. Além da apresentação textual, os percentuais obtidos por intermédio das pesquisas são distribuídos graficamente, possibilitando uma análise pormenorizada dos escores.

3. Sexo

Em se tratando da variável sexo, 64,28% dos entrevistados são do sexo masculino e 35,71% do sexo feminino. Uma participação maior de indivíduos do sexo masculino no mercado de trabalho informal pode ter relação com a ética do provedor, que em nossa cultura patriarcal traz subjacente à ideia de que a responsabilidade pelo sustento familiar deve-se ao homem. Apesar de a maioria dos atuantes do mercado de trabalho da cidade de Palmas serem do sexo masculino, o percentual de mulheres chama atenção.

Segundo pesquisas recentes do IBGE, muitas das mulheres que atuam no mercado de trabalho informal se ocupam de atividades relacionadas ao trabalho doméstico. Esse fato pode ser resultado de heranças históricas, sobretudo, de costumes oriundos da sociedade escravocrata brasileira. De acordo com Theodoro & Scorzafave (2011) a presença do trabalho feminino na atividade doméstica é explicada

[...] por motivos culturais, dado que os afazeres domésticos são tidos na sociedade brasileira como de responsabilidade da mulher, independente de sua posição social. (THEODORO & SCORZAFAVE, 2011, p. 94).

Outro fator que pode explicar o grande contingente de mulheres atuando no mercado de trabalho informal relaciona-se à composição familiar. De acordo com os autores citados, “as mulheres casadas e com filhos são as que apresentam maior taxa de informalidade” (THEODORO & SCORZAFAVE, 2011, p. 95).

O gráfico a seguir ilustra a composição dos trabalhadores do mercado de trabalho da cidade de Palmas, de acordo com a variável sexo:

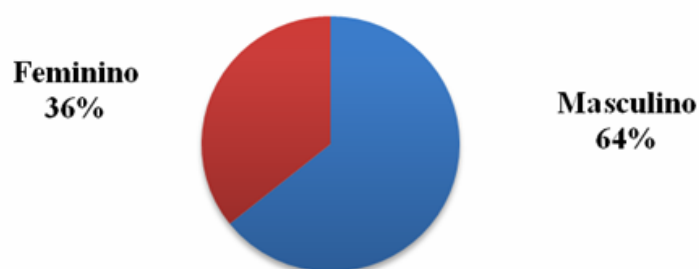


Gráfico 1 - Gênero
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

4. Idade

Em relação à faixa etária, 22,6% dos indivíduos do sexo masculino têm entre 20 e 30 anos; 68,3% possuem entre 30 e 40 anos e 9,01% têm 50 anos

ou mais. Já em relação aos indivíduos do sexo feminino, 35,6% têm entre 20 e 30 anos; 42,5%, entre 30 e 40 anos e 12,8% possuem 40 ou mais.

Trata-se de um dado relevante, pois aponta uma desigualdade de idade entre os trabalhadores que atuam no mercado de trabalho informal. Os indivíduos mais jovens e mais velhos possuem menor participação nesse mercado. Aqueles de idade média (entre 20 e 30 anos) representam o grande contingente desses trabalhadores. Se fizermos uma correlação entre gênero e faixa etária, constataremos que a grande maioria dos homens possui entre 20/30 anos (68,3%) o que também ocorre entre as mulheres, mas com percentual diferente (51,4%) como revela o gráfico:

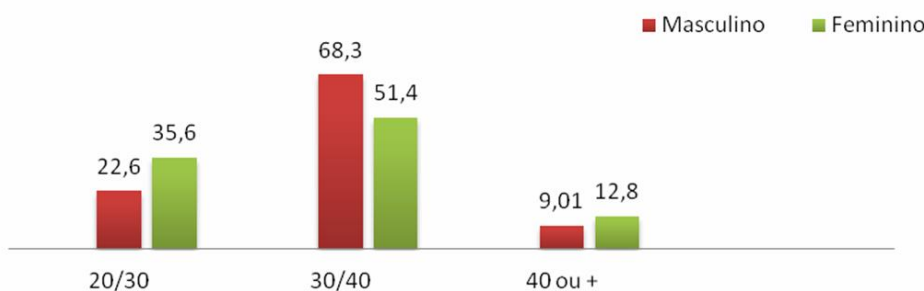


Gráfico 2 - Faixa Etária
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

Os dados relacionados à faixa etária auxiliam no entendimento do gráfico anterior. Uma menor participação no mercado de trabalho informal de mulheres com 40 anos ou mais pode se associar à baixa taxa de fecundidade nessa idade. A composição familiar pode ser um dos fatores que influenciam a inserção de mulheres no mercado de trabalho, à medida que a idade vai avançando e, conseqüentemente, a taxa de fecundidade vai diminuindo, o percentual de inserção no mercado de trabalho informal segue a tendência também de declínio.

Já em relação aos indivíduos do sexo masculino, uma grande participação de indivíduos com idade entre 30 e 40 anos pode ter relação com a especialização em ramos de atividade informal. Essa relação é notória na área da construção civil (uma das campeãs em informalidade). À medida que detém um conhecimento especializado em determinado ramo da atividade informal, a tendência é a permanência do trabalhador nessa atividade.

5. Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade, também temos situações diferenciadas: 33,3% dos sujeitos do sexo masculino possuem ensino fundamental incompleto; 22,2% ensino fundamental completo, mesmo percentual daqueles que possuem ensino médio incompleto, e 11,2% possuem ensino médio completo. Já entre os indivíduos do sexo feminino, 25% têm ensino médio incompleto; 22,2% declararam possuir ensino médio incompleto; 23% declararam possuir ensino médio completo, 22% ensino fundamental completo e 10% cursam nível técnico. Dado curioso: nenhum dos entrevistados declarou-se analfabeto.

Os dados aqui expostos nos remetem a uma constatação de importância fundamental: apesar de as mulheres possuírem um número maior de anos de estudo, isso não representa vantagem para elas em termos de acesso ao mercado formal de trabalho. Essa questão pode estar relacionada à oferta de trabalho na região, fundamentalmente trabalhos na área de construção civil (pedreiro, pintor, ajudante de pedreiro, ferreiro), serviços que exigem grande dispêndio de força física.

Se por um lado há o surgimento das denominadas “grandes profissões” que possibilitam a quem as realiza a percepção de remunerações altas, há por outro as denominadas “profissões de esquina”, incluindo-se nesse rol todas aquelas atividades desempenhadas em situações precárias, além de intensas e mal-remuneradas, aí incluídas algumas atividades desempenhadas na informalidade. Geralmente, nesse segundo grupo se encaixam as profissões que não exigem uma escolaridade considerável, e nem uma boa qualificação profissional, situação essa em que se encontra a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, sobretudo aqueles que atuam na informalidade.

Segue o gráfico dos dados:

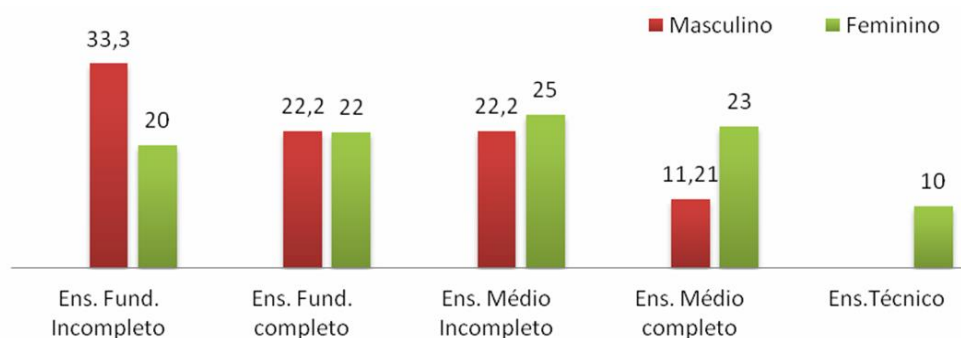


Gráfico 3- Escolaridade
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

No mercado de trabalho informal, o sucesso na inserção não se relaciona à alta escolaridade, pelo menos, não tanto quanto no mercado de trabalho formal. O fator determinante para o sucesso de inserção na informalidade, quase sempre, é a experiência. Experiência não no sentido de anos de estudo, mas sim em anos de desempenho de determinada atividade. Como revelou o IBGE (2010) o maior percentual de mulheres inseridas na informalidade estão ocupadas em atividades relacionadas a trabalhos domésticos e, como nesse tipo de atividade a especialização baseada na experiência é o fator diferenciador, pode-se localizar, nesse aspecto, o fato de a alta escolaridade das mulheres não se traduzir num maior sucesso em termos de inserção no mercado de trabalho.

6. Estado Civil

Em se tratando da variável estado civil dos indivíduos do sexo masculino, 75% se declararam casados e 7,1% solteiros, mesmo percentual daqueles em outras condições. Dos sujeitos do sexo feminino, 66,6% se declararam casados, enquanto 16,6% declararam-se solteiros e em outras condições. Como a esmagadora maioria dos entrevistados declarou-se casada, temos um universo de sujeitos formadores de núcleos familiares. Logo, é cabível afirmar que, diante das necessidades familiares, um número maior de membros da família precisa contribuir com o aumento da renda, o que faz com

as mulheres também trabalhem: sua renda é imprescindível à provisão familiar. O gráfico abaixo revela os números:

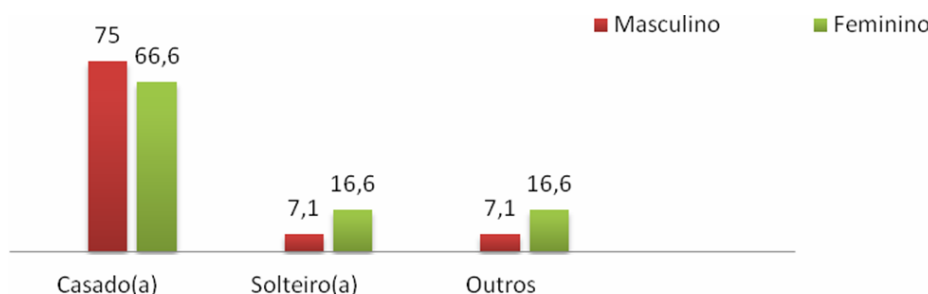


Gráfico 4 - Estado Civil
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

A responsabilidade pela provisão familiar pode se relacionar à inserção na informalidade. Essa obrigação para com o sustento da família, sobretudo quando na composição familiar há crianças pequenas, é denominada por Zaluar (2000) de ética do provedor. Segundo esse autor, essa ética refere-se à necessidade de sustento do trabalhador e de sua família, levando-o à disciplina do trabalho. Para ele, é por meio dessa ética que se opera uma distinção entre os trabalhadores honestos, respeitáveis e aqueles que rejeitam o trabalho, os “vagabundos” e os bandidos. É essa ética que permite aos trabalhadores brasileiros orgulhar-se de si mesmos e aparecer como moralmente superiores àqueles que “escolheram” os caminhos errados, dissociados da disciplina do trabalho.

Relacionado à ética do provedor, temos também o que o autor denomina de ética do trabalho. Essa ética traz como orientação principal o entendimento do trabalho como forma moral e socialmente aceita de garantir o sustento familiar. É por meio do trabalho, seja informal ou formal, que devem ser obtidos os recursos necessários ao provento familiar. O ato de trabalhar também confere aos trabalhadores a afirmação do valor positivo do trabalho. Orientados pela ética do trabalho, eles creem que obtêm a “redenção moral”. É essa orientação que dificulta (para não dizer impede) a aceitação do ócio, tido com “malandragem”, “vagabundagem”.

7. Naturalidade

Acerca da naturalidade, 43,1% dos indivíduos do sexo masculino são naturais do Tocantins; 20,7% do Maranhão; 22,6% do Pará e 13,6% de outras unidades da federação. Em relação aos indivíduos do sexo feminino 39,5% se declaram tocantinenses; 23,9% maranhenses; 22% paraenses e 16,6% são naturais de outros estados brasileiros.

Observando os escores dessa variável, percebemos que a maioria esmagadora dos entrevistados é natural do estado do Tocantins. Maranhenses e paraenses ajudam a compor o quadro. Dos indivíduos declarantes tocantinenses, a maioria é do sexo masculino. Em se tratando dos estados do Maranhão e Pará as mulheres são maioria. Esses dados corroboram Carvalho & Fernandes (2004) acerca das migrações internas no Brasil. Estas apontam os estados de Maranhão e Pará como origem de parte da população do Tocantins, como explicita o gráfico a seguir:

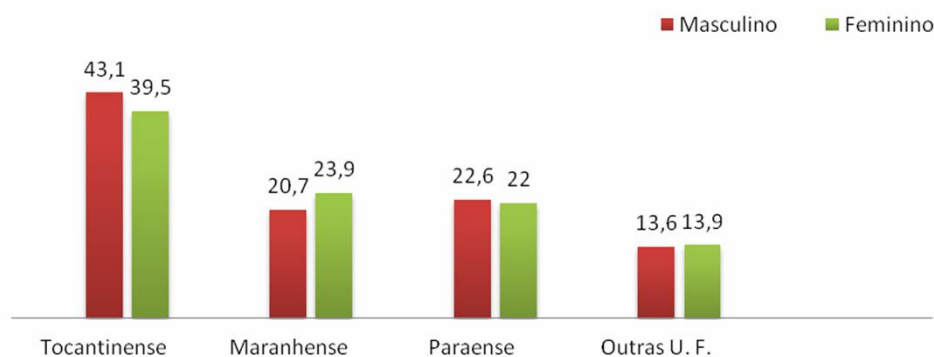


Gráfico 5 - Naturalidade
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

8. Condição da Residência

Falando em condição da residência, dos declarantes do sexo masculino, 48% moram de aluguel; 35% possuem residência própria e 17% moram em outras condições. Dos sujeitos do sexo feminino, 51,3% moram em casas alugadas; 34,2% têm casa própria e 14,5% moram em outras condições. As despesas com aluguel consomem parte do orçamento familiar: metade dos entrevistados moram de aluguel.

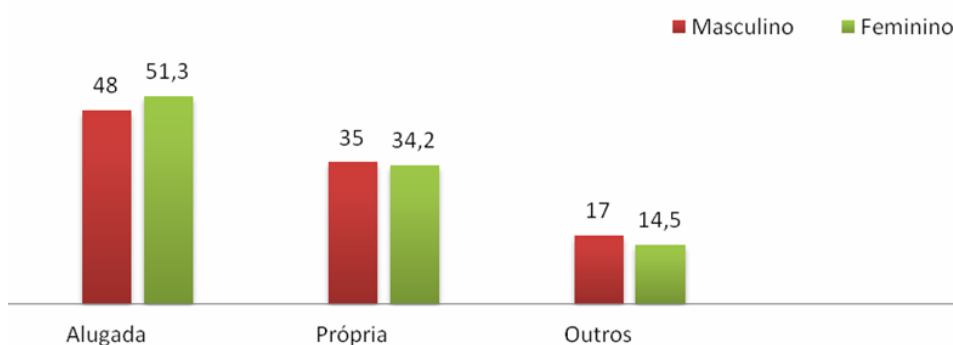


Gráfico 6 - Condição da Residência
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

O fato de grande parte dos trabalhadores no mercado de trabalho informal da cidade de Palmas morarem de aluguel pode relacionar-se a um dos maiores problemas das grandes e médias cidades brasileiras, a concentração imobiliária. Apesar de ser uma cidade relativamente nova, 23 anos, a cidade de Palmas já apresenta problemas semelhantes às demais cidades brasileiras. Bassul (2002) revela os efeitos perversos da segregação espacial para a organização do espaço urbano e apresenta as nefastas consequências desse problema para a população de baixa renda:

A dificuldade do acesso à terra tem sido fator determinante de carências e desigualdades sociais. Nas cidades, os altos preços do solo urbanizado determinam a segregação populacional por estratos de renda e impõem ônus sociais inversamente proporcionais à capacidade de pagamento de quem os suporta. Obrigados a buscar alojamento em áreas distantes e precariamente providas de serviços públicos, são exatamente os mais pobres os que arcam com os custos mais elevados de transporte e de acesso a bens e serviços urbanos. Se a propriedade fundiária dividiu os

homens, hoje é vez das cidades, que exclui aqueles que as fizeram e nelas buscam abrigo. (BASSUL, 2002, p. 1).

O aparecimento de outras condições de residência, que não casa própria e aluguel, revela outra curiosidade: a importância das teias de relações sociais na garantia da sobrevivência dos trabalhadores informais. O estabelecimento dessa teia de relações sociais ocasiona vínculos que podem representar soluções temporárias em termos de moradias. O “morar de favor” é um exemplo da importância dessas relações.

9. Tempo de trabalho na atividade informal

Indagados acerca do tempo na atividade informal, os indivíduos do sexo masculino declararam o seguinte: 12,2% atuam no mercado informal há até 1 ano; 35,5% de 1 a 2 anos e 52,3% têm mais de dois anos na informalidade. Dos sujeitos do sexo feminino, 25,5% disseram atuar na informalidade há até um ano; 36,6% atuam nesse setor da economia de 1 a 2 anos, enquanto 26,6% já atuam há mais de 2 anos no mercado informal.

Os indivíduos do sexo masculino estão, portanto, há mais tempo no mercado informal. Isso pode estar relacionado à natureza da ocupação desses indivíduos: a grande maioria atua na área da construção civil. Outra explicação possível pode ser a baixa escolaridade desses indivíduos (já demonstrado graficamente). Vejamos:

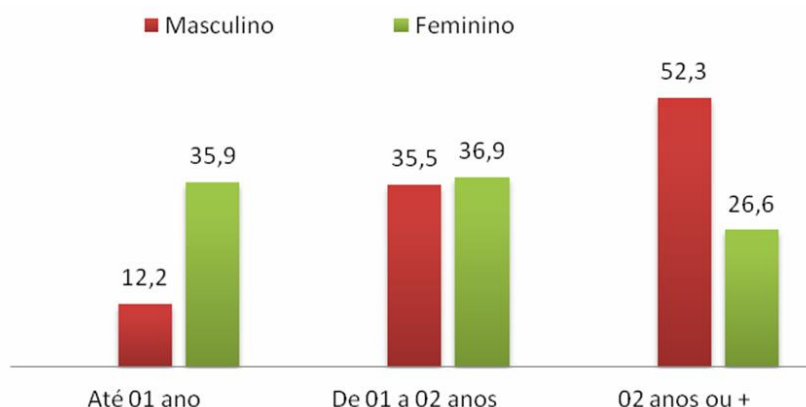


Gráfico 7- Tempo de atividade na Informalidade
Fonte: CERQUEIRA & PIZZIO (2012).

O maior percentual de mulheres que atuam na informalidade há até um ano pode ter relação com as mudanças na composição do mercado de trabalho como um todo. Apesar das mudanças na composição do mercado de trabalho formal não refletirem, automaticamente, na composição do mercado de trabalho informal, há uma relação de complementaridade entre ambos. Dessa forma, o fato do conjunto dos "calouros" dos trabalhadores na informalidade na cidade de Palmas ser majoritariamente composto por mulheres pode ter relação com o processo de democratização do mercado de trabalho nas últimas décadas.

10. Conclusão

Não há dúvida de que informalidade resulta de alterações na organização produtiva do capital e, por conseguinte, na reprodução do capital, materializada em diferentes formas de gestão e de produção das empresas. Sobretudo quando se trata de pequenas e médias cidades, como é o caso, nesse estudo.

No caso das pequenas e médias cidades, a informalidade se reveste de extrema complexidade, tendo inúmeros matizes e roupagens conceituais. Variáveis como a especificidade da expansão capitalista do país, o papel do Estado, o nível tecnológico, a geração e distribuição de renda, o perfil cultural e demográfico, entre outras, alimentam discussões e controvérsias no sentido de fornecer subsídios à heterogeneidade das formas que essa dinâmica econômica representa.

Diante dessa complexidade, necessitamos considerar singularidades e particularidades. Sem essa visão integradora, corre-se o risco de produzirmos análises descoladas da realidade. A ausência de dados, de metodologias e de conceituações mais apropriadas, a falta de um referencial teórico mais conciso, que contemple as matizes heterogêneas daquilo que se convencionou chamar de setor informal, dificultam a potencialização e a apreensão mais abrangente de todas as atividades econômicas que aí operam.

Abre-se espaço para criação, redefinição e reformulação de categorias analíticas indutoras de procedimentos metodológicos que permitam caracterizar conjunto de atividades informais, agrupá-las, compará-las e perceber sua dinâmica em realidades histórico-espaco-temporais específicas. É essa a contribuição que esperamos ter dado com o estudo da informalidade na cidade de Palmas. Não que a realidade aqui seja universal, mas “o local, o específico poderá tomar amplitude maior, na medida em que é expressivo de um conjunto de relações complexificadas por uma realidade sócio-econômica de determinações históricas mais amplas” (AZEVEDO, 1985, p. 160).

O universo denominado homogeneamente de mercado de trabalho informal é muito mais que um agrupamento de pessoas que ganham a vida nas grandes cidades prestando serviços à revelia do poder público. A informalidade apresenta-se como um universo complexo e extremamente heterogêneo. Estudar a informalidade, entendendo-a como manifestação da relação capital/trabalho no capitalismo contemporâneo, nos permite traçar um desenho das repercussões da reestruturação produtiva do capital, em suas distintas e interdependentes faces, sobre a força de trabalho. Isso porque a reprodução social dos trabalhadores da informalidade está diretamente ligada às transformações impostas pelo capital.

Enfim a complexidade não comporta simplismos. Para compreendê-la faz-se necessária a utilização das trilhas da humildade. É preciso o despertar de uma razão sensível, capaz de compreender um mundo obscuro inexplorável por meio das orientações da razão racionalizante. Talvez estejamos mais do que nunca no momento de refletir acerca das palavras do sociólogo francês Michel Maffesoli, quando nos convida a produzir “um saber que não violenta, de modo prometeico, o mundo social e natural, que não conceituaria, sem precauções, aquilo que é observado, mas, ao contrário, que se contenta em levar em conta, de um modo acariciante, o dado mundano enquanto tal” (MAFFESSOLI, 1996, p. 32).

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Beatriz R. **Emprego, Desemprego e Sub-emprego: uma revisão da literatura crítica. Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, 1985, p. 155-168.
- BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, v. 28, n. 84, 2002, p. 133-144. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008400008>. Acesso em 23 de julho de 2013.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de Informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp, n. 14, 2000, p. 153-174.
- CARVALHO, JOSÉ A. & FERNANDES, FERNANDO. **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil**. 2004. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 2 de julho de 2012.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KOWARICK, Lúcio. Viver em risco — sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, n. 63, 2000, p. 108-110.
- MAFFESSOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: RJ. Vozes, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Publifolha / Brasiliense, 2000.
- THEODORO, Maria Isabel Accoroni & SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Impacto da Redução dos encargos trabalhistas sobre a Formalização das Empregas Domésticas. **RBE**. Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, jan/mar 2011, p. 93-109.

YÁZIGI. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2000.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.